
Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar,
em Brasília, no dia 4 de março de 2015, por Gunter Axt.

JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO



João Ferreira de Araújo nasceu em 29 de julho de 1929, em Lagarto, Sergipe. É filho de Valério Ferreira de Araújo e Vitalina Maria de Jesus. Casou-se com Cherubina Bastos Melo de Araújo. Serviu na Marinha. Formou-se técnico em enfermagem. Graduiu-se em Direito pela antiga Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1962. Atou na advocacia trabalhista. Ingressou na carreira do Ministério Público Militar em 1981, aprovado em concurso público, nomeado em 10 de agosto procurador militar de segunda categoria, cargo atualmente denominado promotor de Justiça Militar. Inicialmente, exerceu suas funções na 1ª Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus. Em 1982, foi removido para o órgão do MPM junto à 1ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, no Rio de Janeiro. Em 12 de dezembro de 1991, foi promovido a procurador militar de primeira categoria. Em 20 de fevereiro de 1995, ascendeu ao cargo de subprocurador-geral da Justiça Militar. Em 16 de março do mesmo ano, aposentou-se.

Memória MPM – *O senhor é natural de uma cidade pequenina que fica em Sergipe, não é? Lagarto?*

João Ferreira de Araújo – É, isso, município de Lagarto. Nasci em um sítio que ficava num distrito rural.

Memória MPM – *Mas o sítio produzia?*

João Ferreira de Araújo – Produzia tudo, mas não para comércio, apenas para sustento familiar.

Memória MPM – *E o senhor teve muitos irmãos?*

João Ferreira de Araújo – Minha mãe teve vinte e um filhos!

Memória MPM – *O senhor é qual desses vinte e um?*

João Ferreira de Araújo – Eu sou o quarto.

Memória MPM – *O senhor é de 1929?*

João Ferreira de Araújo – Exato.

Memória MPM – *O senhor estudou onde?*

João Ferreira de Araújo – Lá. Aquilo era um atraso tremendo. O Brasil inteiro era muito atrasado. Onde tinha um desenvolvimento regular era em São Paulo, que havia algumas indústrias. Quando se queria qualquer coisa, era preciso importar da Alemanha. O Brasil veio a se desenvolver mais com o governo Juscelino [Kubitschek]. Não votei no Juscelino, porque eu era lacerdista; achava o Carlos Lacerda muito inteligente, grande orador. Ele era da UDN. Mas reconheço que Juscelino descobriu o Brasil. Então, fiz o curso

primário numa escola particular, que funcionava em uma casa de família. Era ali que os meninos aprendiam o bê-á-bá.

Memória MPM – *E recebiam uma subvenção do governo do Estado?*

João Ferreira de Araújo – Não, nem recebiam; não tinha subvenção nenhuma. A minha professora não recebia nada, coitada!

Memória MPM – *Como era o nome dela, o senhor lembra?*

João Ferreira de Araújo – Nunca me esqueci: Júlia e era casada com um cara que se chamava José. Não era formada em Escola Normal. Eu não tinha dificuldade de aprendizagem e com seis meses sabia as quatro operações, lia e escrevia rudimentarmente. Com esses conhecimentos elementares, fui crescendo, melhorando. De Sergipe, fui para Salvador, onde consegui entrar na Escola de Aprendizes de Marinheiros. Terminei o curso e fui para o Rio de Janeiro, para jurar a bandeira.

Memória MPM – *Em que ano o senhor foi para o Rio?*

João Ferreira de Araújo – Final de 1945...

Memória MPM – *Já tinha terminado o Estado Novo do Getúlio...*

João Ferreira de Araújo – Já tinha terminado. Já tinham votado a Constituição de 1946. Então, foi final de 1946. Fiquei embarcado onze meses. Consegui desembarcar em Natal, na base naval. E lá entrei para um curso particular. Embarcado não daria para estudar. Consegui, assim, concluir o curso do Art. 91, um tipo de supletivo. O Art. 91 foi criado para contemplar as pessoas que haviam estudado nos seminários católicos. Os padres não queriam que fossem oficialmente reconhecidos, para que as pessoas não apresentassem

falsas vocações ao sacerdócio, tentando garantir acesso à educação. Depois, com as matérias que havia cursado, consegui me matricular no Colégio Estadual do Rio Grande do Norte e conquistei meu certificado de ginásio. Fiz o colegial, o Clássico, pois minha intenção já era cursar Direito.

Memória MPM – *E por que o senhor pensava já em fazer Direito?*

João Ferreira de Araújo – Eu tinha evoluído um pouquinho, já sabia de alguma coisa, como, por exemplo, que o Direito era muito bom para o indivíduo conhecer os seus direitos e os dos outros. E também tinha o seguinte, lá no interior, com aquele atraso danado, havia muitas questões de terra, que eram mediadas por um cidadão chamado José Deda – mas a turma o chamava de Zeca Deda. Qualquer problema, recorriam ao Zeca Deda, que vinha montado em um burro, armado com um “papo amarelo” – uma carabina *Winchester* calibre 44, de 1873, muito popular na região do cangaço; apelidaram-na assim por causa do cabeçote, o elevador de munição, em metal amarelo. Ele traçava os rumos daquelas propriedades. Ninguém discutia mais. Diziam ser advogado, mas ele não era coisa nenhuma! Nem provisionado, nem rábula; era o homem que resolvia. Eu achava aquilo importante. Molecote, dizia assim: “Quero ser o Zeca Deda, é o homem que resolve os problemas, é o homem que tem força, é o homem que manda.”. Então, quando consegui ir para o Rio de Janeiro, prestei o vestibular. Passei na Faculdade de Direito do Distrito Federal.

Memória MPM – *E como foi o tempo de Faculdade?*

João Ferreira de Araújo – Foi ótimo. Bons professores, alunos excelentes. Tenho boas recordações.

Memória MPM – *O senhor chegou a participar do movimento estudantil?*

João Ferreira de Araújo – Não! Eu precisava trabalhar e estudar. Não tinha tempo para a política. Só queria viver a minha vida. Mas a turma toda não se ligava em movimento estudantil.

Memória MPM – *O senhor se lembra de quem eram os seus professores?*

João Ferreira de Araújo – Lembro-me bem do [José] Pereira Lira, do Direito Civil, chefe da Casa Civil do presidente [Eurico Gaspar] Dutra. Excelente professor! Um paraibano. Direito Constitucional era ministrado pelo Afonso Arinos de Melo Filho, o velho. Em Ciência das Finanças tínhamos um deputado federal baiano, muito expressivo, o Aliomar [de Andrade] Baleeiro. Eram muitos professores...

Memória MPM – *A frequência era obrigatória ou não?*

João Ferreira de Araújo – Era obrigatória.

Memória MPM – *Tinha que assistir à aula e responder à chamada?*

João Ferreira de Araújo – Tinha, exatamente. Eles não faziam a chamada, mas conheciam todo mundo. Se o cara faltasse, apontavam. Eu me inscrevi na turma da noite, mas, quando podia, também frequentava a turma da manhã. Havia somente duas Faculdades de Direito no Rio, a Nacional e a do Distrito Federal. Falavam que o curso de Contabilidade se transformaria em Direito, o que aconteceu logo em seguida. Imagine: hoje, em qualquer esquina, tem uma Faculdade de Direito.

Memória MPM – *E tinha colegas mulheres também?*

João Ferreira de Araújo – Era misto. Mas havia poucas. No vestibular da Faculdade do Distrito Federal tínhamos de optar pelo teste de francês ou inglês. Optei pelo segundo. Na minha frente foi chamada uma moça de Fortaleza, Raimunda. Ela falava inglês muito bem. Eu apenas lia e traduzia, mas tinha dificuldade para falar. Ao que parece, por ter se empolgado com o desempenho desta moça, o professor ultrapassou o tempo dela. Ficou conversando com ela. Eu, de longe, ouvindo ele a arguindo, pensei: “Estou lascado! Quando chegar a minha vez, o desnível vai ser evidente, vai ser um fracasso!”. Mas ele só me deu um textinho comercial para traduzir, bem fácil. Não me perguntou nada demais. Comecei a traduzir e ele já me interrompeu dizendo que estava satisfeito. Saí dali aliviado. Afinal, parece que a fluência dela me salvou, porque ocupou o tempo dela e o meu. Salvou-me, a Raimunda! Foi uma boa aluna. Os alunos, de modo geral, eram muito bons. Eu também me esforçava. Fiquei em segunda chamada apenas em Ciência Política. O professor era um baiano, bem agitado, mas muito bom mestre. Ele, contudo, não indicava bibliografia. Dizia que a matéria estava toda nos jornais. Bastava lê-los. Mas na segunda chamada me saí bem.

Memória MPM – *E o senhor chegou a fazer algum estágio durante a Faculdade?*

João Ferreira de Araújo – Ah, fiz! O estágio em escritório de advocacia me parece que não era oficial. Você podia fazer se tivesse um amigo, um contato. O estágio válido era na Defensoria Pública.

Memória MPM – *Certo. Como advogado de ofício?*

João Ferreira de Araújo – Como advogado de ofício.

Memória MPM – *Quartanista?*

João Ferreira de Araújo – Exatamente. Era muito bom o estágio. Não havia muitas vagas, e os alunos tinham que se interessar, porque se não se interessassem, eles não ficavam dizendo, “Faça isso, aquilo...”. Se o cara não fizesse, azar!

Memória MPM – *O senhor se formou em 1962, então?*

João Ferreira de Araújo – Sim. O Altamir [Souza Neto], um colega de turma, hoje aposentado, acabei encontrando em Brasília, pois ele atuou como consultor do Exército. Era um cara conhecidíssimo de todo mundo na escola, porque, naquela época, aconteceu um crime no Rio de Janeiro, chamado “O crime do Sacopã”. Um segundo-tenente, Bandeira, da Aeronáutica, matou um funcionário do Banco do Brasil, numa rixa passional. Esse funcionário do Banco do Brasil era meio chantagista. Naquele tempo, um dos melhores empregos era ser funcionário desse Banco. Então, ele era elegante, namorava moças bonitas no Rio e fazia chantagem. Depois que a moça se apaixonava, ele tirava fotografias de todo jeito e (diziam) ficava chantageando, tomando dinheiro. Aconteceu que esse tenente tinha uma namorada, chamada Marina, que foi chantageada pelo tal bancário. O Bandeira marcou um encontro com ele, armou uma emboscada, na Ladeira do Sacopã. O Bandeira foi a julgamento e condenado. O advogado dele foi o João Romeiro Neto, um dos melhores criminalistas do Rio de Janeiro, que chegou a ministro do Superior Tribunal Militar. Evandro Lins era muito amigo dele e, na época, já estava como ministro do Supremo, indicando-o para o Tribunal Militar. Durante o regime militar, infartou e morreu, dizem que de preocupação com as cassações e os processos políticos. Morreu como

ministro na ativa. Pois bem, ele foi o advogado do tenente Bandeira, que foi condenado a 18 anos, uma coisa assim... Depois de algum tempo, ainda prisioneiro, ele namorou a filha do Tenório Cavalcanti.

Memória MPM – *Ab, o homem da Lurdinha!*

João Ferreira de Araújo – O homem da Lurdinha. O homem da capa preta, deputado federal, sempre reeleito. Vivia em Duque de Caxias. A casa dele era uma fortaleza. Pois bem, o Tenório se interessou pela defesa do tenente. Fez uma confusão danada, mas não conseguiu nada também. O tempo passou, e depois de ter cumprido a pena fizeram uma revisão; descobriram um erro no processo e ele foi absolvido. Recuperou os direitos dele na Aeronáutica e terminou aposentado como coronel. Ele foi julgado no Rio pelo 2º Tribunal do Júri. O juiz era um cara muito preparado.

Memória MPM – *Mas foi julgado na Justiça Comum, então?*

João Ferreira de Araújo – Na Justiça Comum. O auxiliar do juiz era o Souza Neto, piauiense, superestudioso, novo, substituto. O juiz substituto, no Tribunal do Júri, não presidia o julgamento, embora auxiliasse o titular no resto. Mas o Souza Neto era tão preparado que o titular entregou o caso para ele. Com a transferência do Distrito Federal, ele veio para Brasília; continuou a carreira e chegou a desembargador. Um julgamento anulado, depois de tanto tempo da pena cumprida... Foi um caso interessante.

Memória MPM – *E o senhor chegou a fazer a assistência desse processo na época?*

João Ferreira de Araújo – Não, não. Eu só acompanhava, pelos jornais, pelos noticiários.

Memória MPM – *E durante esse período da Faculdade, o senhor trabalhava na Marinha?*

João Ferreira de Araújo – Trabalhava na Marinha. Quando terminamos o curso, nós alugamos uma sala, uma turma: o Luís Chaves Nunes, já morreu, um cearense; o Armando, de quem eu não tenho notícias; o Vital, excelente aluno; o Jacó Sitrinbal; acho que eram esses. Montamos o escritório em conjunto, na Lapa, na Rua das Marrecas, que hoje se chama Pablo Duarte. Um edifício novo, de doze andares, creio.

Memória MPM – *Antes dos Arcos da Lapa?*

João Ferreira de Araújo – Sim, antes de atravessar os Arcos. Começamos logo a advogar. Eu era da Marinha, mas em toda folga, estava no escritório. Eu chamava clínica geral: tudo que viesse estava bom. Era para praticar. Depois saiu o Vital, foi convidado por um dos nossos professores. O Armando saiu em seguida. No final, ficamos eu, o Jacó e o Nunes. Eu e o Jacó passamos a fazer acidentes de trabalho, que na época aconteciam muitos. Existiam duas Varas de Acidentes de Trabalho no Rio e havia uma conversa de que seria uma atividade difícil. Como havia poucos advogados que atuavam na área, tinham muitos clientes. O Jacó tinha tino para bons negócios e percebeu a oportunidade quando mencionei o assunto a ele. Era uma advocacia que rendia muito e, na verdade, fácil, porque a gente fazia uma petição e xerocopiava já uma porção, só trocando aquilo que era específico do caso. Dava indenização, então, era fácil ganhar dinheiro. O trabalhador quebrava uma unha, dava indenização. Chegou ao ponto que tínhamos tantos clientes, eu e o Jacó, que já não aceitávamos qualquer um, só acidente de coluna, de crânio... As indenizações não eram grandes,

HISTÓRIAS DE VIDA

mas o volume as tornava interessantes. E havia garantia de pagamento, porque o juiz lançava a indenização na Carteira de Trabalho, em audiência, e o trabalhador a recebia na Vara. Dali, a gente ia para o Banco para receber o dinheiro das seguradoras; levávamos uma mala daquelas “007” e a enchíamos! Tinha de apertar, às vezes, os maços de dinheiro para caber tudo. Era uma boa!

Memória MPM – *O dinheiro da indenização...*

João Ferreira de Araújo – Era; a gente cobrava 20% das indenizações. E naquele tempo não tinha o INPS, o governo não entrava nesse negócio de acidentes do trabalho. Era tudo seguradora particular, feito na base do acordo. Chegava lá, na hora da audiência, com a seguradora e o cliente e fazia um acordo.

Memória MPM – *E a Justiça do Trabalho reconhecia o acidente de trabalho?*

João Ferreira de Araújo – Ah, reconhecia. Pagavam! Porque era com a seguradora.

Memória MPM – *Agora, nesse meio tempo, o senhor continuava na Marinha?*

João Ferreira de Araújo – Continuava na Marinha.

Memória MPM – *Mas com trabalho em terra?*

João Ferreira de Araújo – Só em terra. Eu embarquei apenas por onze meses, desembarcando no Rio Grande do Norte para ver se conseguia estudar. E depois foram mais 13 meses e 13 dias fazendo uma viagem de

volta ao mundo. Eles chamavam de circunavegação. A Marinha tinha feito uma viagem assim havia uns 25 anos. Em 1953, fez outra no navio-escola Almirante Saldanha, e eu fui convidado para acompanhar. Parece-me que não fez mais nenhuma dessas depois.

Memória MPM – *Quem era o comandante da embarcação?*

João Ferreira de Araújo – Ah, eu acho que era comandante Barata; já morreu.

Memória MPM – *Como foi esse convite?*

João Ferreira de Araújo – Eu tinha feito um curso técnico de enfermagem, porque para continuar na Marinha, só tendo uma profissão. Passei em primeiro lugar, no Rio. Ganhei a viagem de volta ao mundo, como prêmio. O ministro da Marinha era o almirante [Renato de Almeida] Guillobel, quem dava uma oportunidade ao indivíduo que estudasse e se classificasse bem. Recebi soldo em dólar, o que era a grande vantagem.

Memória MPM – *O senhor já era casado nessa época?*

João Ferreira de Araújo – Era casado.

Memória MPM – *Bom, então deu para fazer um bom pé de meia.*

João Ferreira de Araújo – Ah, eu tenho uma boa propriedade em Nova Friburgo, fiz bastante economia; um sítio que comprei justamente com esse dinheiro.

Memória MPM – *E como foi essa viagem? Onde é que vocês pararam? O senhor lembra?*

João Ferreira de Araújo –Tenho em casa um livro de toda a viagem. Saímos do Rio de Janeiro para Dacar, África do Norte.

Memória MPM – *Certo, Senegal.*

João Ferreira de Araújo – É. De Dacar, fomos ao Marrocos, Casablanca, donde partimos para a Europa. Passamos por vários países.

Memória MPM – *E qual é a história da louça do Café Filho?*

João Ferreira de Araújo – O Café Filho... O [José Carlos] Couto [de Carvalho] esteve aqui? Ele que contou isso?

Memória MPM – *O Dr. Couto esteve aqui. Ele contou outra história divertida também.*

João Ferreira de Araújo – Hummm... Bem, foi o seguinte: o imediato era um capitão de fragata, comandante Moutinho, muito elegante, trabalhador, mas bastante enérgico. Nós levamos muita coisa do Brasil: laranja, frutas... para distribuir, como propaganda do que a gente produzia. Mas todo mundo queria comprar umas coisinhas para trazer, principalmente nos Estados Unidos, coisas que não existiam no Brasil, ou eram proibitivas. Tínhamos uma cota, dada pelo posto do indivíduo. Quer dizer, os oficiais tinham uma cota maior. O navio foi com uma turma de guardas-marinhas, cuja cota era menor. Os subalternos tinham cotas baixas. Quando chegava no cabo, no marinheiro, a cota era uma bobagem. Em Jacarta, na Indonésia, vi uma louça japonesa, a *Noritake*, por um preço de banana: um aparelho de cem peças, completo! Mas excedia a minha cota, sem mencionar que não tinha lugar no navio para acomodar aquilo. Mas, fazendo parte do serviço de saúde, atinei que tinha, acima da casa de máquinas, um compartimento que ninguém usava, por causa

do calor: “Rapaz, eu vou aproveitar esse espaço aqui!”, pensei, disposto, então, a correr o risco. Comprei! Era a oportunidade de ter um aparelho daqueles. Contratei uns marinheiros, controlei a movimentação do guarda-marinha que estava de serviço e quando ele foi para um lado, entrei com o meu caixote de louça. Guardei lá e deixei escondido. Um dia, o Moutinho mandou fazer uma inspeção para ver quem tinha coisas a mais do que podia. Aí descobriu esse caixote de louças naquele lugar. E fosse de quem fosse, ele mandou jogar na água. Quando eu vejo, vem um guarda-marinha e uns marinheiros tirando o caixote: “Para onde vão com esse caixote?”, perguntei, e ele disse: “É para os imediatos jogarem na água. Você sabe de quem é?”. Eu disse: “É meu!”. Aí me veio na mente, “Fiz um troço que não devia ter feito, mas fiz!”; então falei: “Mas não tem problema, pois estou levando de presente”. Eles: “Para quem?”, e eu: “Para o Café Filho”. Era o vice-presidente da República, e me veio na mente porque era amigo de meu sogro, lá do Rio Grande do Norte. O meu sogro era um cabo eleitoral fiel dele. O Café Filho era uma pessoa simples. E a bordo, durante a viagem, mandou uma mensagem de Natal para mim. Aí, acharam que eu tinha relações com Café Filho, mas não tinha, praticamente não o conhecia, era questão lá do meu sogro. Então, o guarda-marinha parou, botou o caixote no chão e foi lá falar com o Moutinho, que mandou guardar. Ninguém jogou o caixote fora, que desse modo foi salvo! Acontece que não era para o Café Filho e nem eu dei depois que voltamos, porque não era dele mesmo, era para mim! Depois fiquei com remorso: “Não devia ter dito isso de jeito nenhum!”. Mas me veio aquilo na mente, num lampejo, foi como uma legítima defesa. Esse jogo até hoje está na família; dei para o meu filho. Ele usa pouco.

Memória MPM – *E depois que o senhor retornou dessa viagem?*

João Ferreira de Araújo – Ah, voltei para o Hospital Central da Marinha, trabalhando na Clínica Oftalmológica. Gostava de lá, era gente boa! E gostavam de mim porque era responsável: não precisava ninguém mandar, eu sabia o que tinha que fazer; se tivesse alguma dúvida, perguntava para quem sabia. O médico era um excelente profissional. Então, o Tribunal precisou de um enfermeiro e de um médico, para a assistência dos ministros e eu fui indicado; já era bacharel em Direito. O ambiente era excelente. Fui recebido muito bem. O presidente me acolheu com um destaque que nunca tinha recebido. Eu não tinha preguiça de fazer o serviço, mesmo se passava da hora de ir embora: acho que agradei. O cargo era muito bom, o vencimento melhor, então, achava que essa era a maneira certa de proceder.

Memória MPM – *Como é que o senhor vivenciou os episódios de 1963 e de 1964? A rebelião dos sargentos, a paralisação dos marinheiros?...*

João Ferreira de Araújo – Dentre os subalternos, na Marinha, um dos mais influentes era meu conterrâneo, um cara muito inteligente e bem-intencionado. Ele me convidou para entrar no Sindicato dos Marinheiros. Mas eu, educadamente, recusei porque percebi que não era o caminho certo, que aquilo daria errado. Um Sindicato de Marinheiros seria percebido como inversão da hierarquia. A Revolução, de fato, terminou com aquilo. Ele foi processado. Acompanhei, portanto, todo esse processo à distância, sem me envolver.

Memória MPM – *Nesse período no Tribunal Militar, o senhor conviveu com os ministros. O senhor se lembra dos ministros?*

João Ferreira de Araújo – Me dava muito bem com todos eles. Eram indivíduos de idade avançada para os padrões da época, isto é,

perto dos setenta anos. Dei-me muito bem com o general [Olympio] Mourão Filho.

Memória MPM – *Pois é, agora vem aquela história que o Couto contou, da injeção [risos]. Como foi?*

João Ferreira de Araújo – Bem, quando houve aquela Marcha dos Cem Mil, com os estudantes nas ruas, o presidente Mourão Filho mandou, por prevenção, fechar o Tribunal, que seria cercado. As mulheres, ele determinou que saíssem pelos fundos e fossem embora. Nós ficamos lá. Fui aplicar-lhe um calmante, por injeção. Ele disse: “Não! Não quero tomar essa p., não!”. Retruquei: “Mas é bom para acalmar, com toda essa situação...”. Ele: “Se eu dormir nessa m., eles vão invadir o Tribunal!”. “Mas não é para dormir, não. É só para não ficar nervoso.”. “Não quero uma espetada no traseiro com o Tribunal sob ameaça de invasão!”. O Mourão falava assim mesmo. Ele não quis, não tomou a injeção. Era um cara um tanto quanto agitado, falava muito, mas era boa gente.

Memória MPM – *Ele chegou a declarar para a imprensa que era uma “vaca fardada”, um trocadilho irônico com a “vaca sagrada”. E de quais outros ministros o senhor lembra?*

João Ferreira de Araújo – O mais antigo do Tribunal era o [José Norberto] Vaz de Mello, um mineiro civil que sabia tudo do Tribunal. O [Octávio] Murgel de Rezende tinha sido do Ministério Público. E tinha um dos generais antigos do Exército, o [Pery Constant] Bevilacqua, daqueles que a palavra valia por qualquer assinatura. Acabou sendo aposentado compulsoriamente, por decreto.

Memória MPM – *Qual foi o problema?*

João Ferreira de Araújo – Bem, o Bevilacqua era um homem convicto, mas eu creio que a gota d'água foi um problema qualquer envolvendo o aterro em Copacabana. Ele e o Mourão Filho se opuseram a algo que tinha relação com o aterro e isso criou atrito. O Bevilacqua entrou em desacordo com o Costa e Silva. Ele ficou magoado, porque foi aposentado junto com Evandro [Cavalcanti] Lins e Silva, do Supremo. Acho que a mágoa maior foi ter sido aposentado compulsoriamente junto com outros. O Bevilacqua era de grande envergadura.

Memória MPM – *E o senhor, de alguma forma, acompanhava os casos que eram julgados?*

João Ferreira de Araújo – Eu assistia às sessões do Tribunal. Ficava lá ouvindo... Havia uns camaradas chamados de linha-dura, outros que não eram. O general Amaury Kruel era tido por linha-dura, votando contra os subversivos, como eram chamados os que se opunham ao regime militar. O Kruel tinha tendência de acompanhar o voto do relator que estivesse endurecendo contra os chamados subversivos. Já o Bevilacqua tinha sua opinião própria. O [Ernesto] Geisel, eu achava muito inteligente. Era um cara caladão, não era de andar conversando com ninguém, nem mesmo com os colegas gerais. Mas quando dava o bote, era certo. Às vezes, em uma discussão com os ministros, quando chegava a vez de ele falar, conseguia fazer com que os outros o seguissem. O procurador-geral do Ministério Público, Eraldo Gueiros [Leite], era dos poucos com quem o Geisel conversava. O Eraldo Gueiros era muito simpático, versátil, preparado.

Memória MPM – *Algum caso mais rumoroso do qual o senhor se lembre?*

João Ferreira de Araújo – Pois é... Eram muitos processos políticos, mas não me lembro deles isoladamente, a não ser um ou outro. Eu me lembro bem do processo do [João de] Seixas Dória, governador de Sergipe, defendido por um famoso ministro, aposentado, do Supremo Tribunal Federal. Conseguiu a absolvição do Seixas, que foi solto. Também recorro o julgamento do governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira.

Memória MPM – *Como era o Ministério Público nesse tempo?*

João Ferreira de Araújo – O Ministério Público era muito diferente de hoje, em tamanho, em tudo. Além do procurador-geral, só havia um subprocurador-geral substituto. Os outros eram procuradores de terceira, de segunda e de primeira categoria. O Ministério Público funcionava dentro do prédio do Tribunal. A dependência não era apenas física, pois os membros eram nomeados pelo governo, que também escolhia o procurador-geral. O Ministério Público era ligado diretamente ao Poder Executivo, subordinado ao ministro da Justiça.

Memória MPM – *Mas o senhor fez o concurso em 1981... Como foi o concurso?*

João Ferreira de Araújo – O último concurso acontecera no finalzinho dos anos 1950 e os aprovados foram tomando posse no início da década de 1960. O Dr. Milton Menezes da Costa [Filho] tinha sido aprovado nesse concurso e era, em 1981, o procurador-geral de Justiça. Foi uma iniciativa muito importante que o Dr. Milton tomou, que permitiu a transformação da instituição, pois havia anos nomeavam-se apenas substitutos. Inscrevi-me. Eu vinha me preparando, estudando, vivenciando aquele ambiente, de forma que não foi difícil conquistar a aprovação.

Memória MPM – *No que consistia o concurso?*

João Ferreira de Araújo – Havia a prova escrita e a oral. A matéria era reduzida: Direito Penal Militar, Processo Penal Militar, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Regulamentos Militares... Não era muita coisa. A prova escrita, no meu caso, foi uma denúncia. Era um caso meio complexo. E depois vinham as perguntas, porque na denúncia o cara tem que entender Direito Penal. Nas provas orais, os pontos eram sorteados. Mas houve um problema comigo, porque sortearam o ponto 10, para mim, mas, quando me chamaram, o avaliador se enganou e me inquiriu sobre outro ponto; de nada me valendo, portanto, os minutinhos anteriores à prova que temos para preparar o ponto. Tive de improvisar. Por sorte, havia me preparado bem e soube responder. Era o Dr. Milton, o procurador-geral. Ele se apercebeu do equívoco quando chamou o próximo candidato. Ao final da avaliação, reconheceu a falha e me perguntou, em nome da banca, se eu gostaria de ser reavaliado no ponto que me fora originalmente sorteado. Perguntei se aquela situação prejudicava alguém, ele me respondeu que não. Assim, decidi ficar com o ponto com o qual tinha sido examinado. Afinal, estava seguro do meu desempenho. De fato, depois, verificando as notas, constatei que haviam me dado uma avaliação boa.

Memória MPM – *Quer dizer, acabou saindo tudo bem.*

João Ferreira de Araújo – Saiu tudo bem. Mas houve uma matéria em que fui mal no exame oral, porque fui arrogante, me julguei professor do assunto. Entrei em discussão com um membro da banca, a Doutora Marly [Gueiros Leite]. Ela entrara no Ministério Público junto com o Dr. Milton, em 1963: ambos haviam passado no mesmo concurso. Eu fui deselegante

porque ela discordou de uma posição minha: “Essa teoria, onde o senhor leu?”, me perguntou. Eu respondi que tinha sido na livre-docência da Esther de Figueiredo Ferraz. Ela insistiu: “Discordo.”. Aí retruquei: “Entre a Esther de Figueiredo Ferraz e a senhora, fico com Esther de Figueiredo Ferraz.”. Foi um comportamento ignorante, do qual me arrependi. Talvez, se tivesse sido mais educado, minha nota teria sido um pouco melhor nessa matéria. Quando todo mundo terminava a prova, eles se retiravam; reuniam-se reservadamente e, então, colocavam o resultado num quadro-negro. Foi, claro, uma decepção quando vi minha nota baixa em Direito Penal. Mas a culpa foi minha. Eu era meio vaidosinho, achava que sabia muita matéria. Num curso de Pedagogia que tentei fazer na Cândido Mendes, escolhambe um cara que me fizera uma pergunta. Era, na verdade, um avaliador, que estava justamente observando como eu reagiria diante de um questionamento de um aluno. Quando me dei conta, antes de ser reprovado no curso, desisti de terminá-lo. Devia ter aprendido a lição ali, mas repeti o erro no concurso.

Memória MPM – *O senhor fez também um curso de Medicina Legal, não é?*

João Ferreira de Araújo – Talvez alguma especialização, ou aperfeiçoamento, porque esse assunto estudávamos já no curso de Direito. Nosso professor era um baiano, psiquiatra, Jurandir Manfredini.

Memória MPM – *Qual foi a Promotoria que o senhor assumiu?*

João Ferreira de Araújo – A de Manaus. A Auditoria era boa. Jurisdicionava o Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre. Havia dois procuradores e dois juizes, o [Antonio da Silveira Pereira] Rosas, o titular; e o Roberto Lima e Silva, que era o substituto dele.

Memória MPM – *Algum caso que tenha lhe chamado mais a atenção?*

João Ferreira de Araújo – Atuei em um processo envolvendo o depois presidente Lula. Um discurso que ele pronunciara em 1980, num comício em uma cidade do Acre, que ainda era território, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Quando lá cheguei, ele já havia sido denunciado. Faltava fazer o julgamento. Li o processo. Não era nada demais. O Lula dissera lá uma coisinha à toa, que terminou sendo interpretada como um incitamento à sublevação: “Está na hora da onça beber água!”. Interpretaram isso como se estivesse querendo dizer: “Está na hora de tomar o poder!”. O Lula, naquela época, era um cara de pouco estudo e que não analisava muito o que dizia. Eu falei para o Rosas, um cara mão-pesada, que ele teria uma surpresa, porque eu não via nada demais no processo para sustentar a denúncia. Disse-lhe que não pediria a condenação do Lula e que terminaria fazendo a sua defesa. O Rosas retrucou: “Você não é doido! Ele quer tomar o poder!”. Respondi: “Não! Essa Lei de Segurança é muito rígida e o Lula não tem esses conhecimentos todos. Na hora que ele está falando, assim, diz bobagem. Não acho que seja tão grave o que ele está dizendo. Não vai tomar o poder, porque não tem condições para isso.”. Antes do julgamento, o advogado do Lula, o [Luiz Eduardo] Greenhalgh, entrou com um recurso qualquer e o processo trancou; acho que foi para Brasília e não tive mais notícias. Não sei o que aconteceu, se acabou sendo julgado ou arquivado. Fiquei exatamente seis meses lá. No início de 1982, consegui a minha remoção para o Rio de Janeiro.

Memória MPM – *Assumi em qual Auditoria?*

João Ferreira de Araújo – No Rio fiquei na 2ª Auditoria da Marinha, até fins de 1991, princípios de 1992, quando aceitei promoção para Brasília.

Nessa época, passamos de cinco para treze subprocuradores-gerais. Pedi a minha aposentadoria três anos depois da promoção, mas acabei ficando em Brasília, onde moro. Minha esposa gostou de Brasília e não quis mais voltar para o Rio.

Memória MPM – *E na Auditoria da Marinha no Rio de Janeiro, como foi?*

João Ferreira de Araújo – Uma turma muito boa. Os colegas eram o [Roberto] Moutinho e o Sérgio Luiz Chamme, ambos não concursados, mas muito bacanas e competentes. O juiz substituto era o Dr. Carlos Alberto Marques [Soares], que foi a ministro do Tribunal. Está aposentado. Dava-me muito bem com o Marques. Ele tem um irmão subprocurador-geral, o Dr. [Mário] Sérgio Marques [Soares].

Memória MPM – *E o senhor recorda algum caso que tenha lhe chamado a atenção nesse período? Teve um IPM para o qual o senhor foi designado a atuar no Hospital Naval, não foi?*

João Ferreira de Araújo – Sim, sim. Lembro-me. Um processo com um cabo, parece que a denúncia foi minha. O cabo era encarregado de fazer o pagamento, mas embolsava o dinheiro e enganava a turma. Teve outro processo envolvendo um furto e o oficial não comunicou ao diretor do Hospital. Eram coisas corriqueiras.

Memória MPM – *Qual era a natureza mais frequente dos feitos? Furto, indisciplina?*

João Ferreira de Araújo – Indisciplina, furto, deserção. O mais comum era deserção. Não houve nenhum processo que chamasse a atenção.

Memória MPM – *E em Brasília?*

João Ferreira de Araújo – A Procuradoria ainda funcionava no prédio do Superior Tribunal Militar. Os gabinetes não eram privativos; três procuradores partilhavam uma sala.

Memória MPM – *O senhor chegou a acompanhar, em 1993, a edição da nova Lei Orgânica?*

João Ferreira de Araújo – Não. Eu estava por dentro do que estava acontecendo, mas não me lembro de ter dado algum palpite; não participei.

Memória MPM – *Como tem sido a vida de aposentado depois de 1995?*

João Ferreira de Araújo – Normal, boa. Eu pensava advogar, mas desisti. Nossa aposentadoria não é ruim, dá para viver. O Ministério Público tornou-se uma boa carreira. Hoje, acho até mais vantagem fazer concurso para o Ministério Público do que para juiz. Porque nós chegamos a subprocurador-geral, e, quando nos aposentamos, temos o mesmo vencimento dos ministros dos Tribunais Superiores. O juiz, dificilmente chega ao Superior Tribunal Militar. Então, sem mencionar a questão da vocação, em termos de salário, acho que é melhor o Ministério Público do que a Justiça Militar.

Memória MPM – *Há mais alguma coisa que o senhor gostaria de deixar registrada?*

João Ferreira de Araújo – Servi na Marinha por 18 anos, período no qual fiz muitos amigos. Nunca fiz inimizades. Fui muito feliz lá, assim como na Justiça Militar e no Ministério Público. Não me arrependo de nada do que fiz e me considero um vitorioso, pois o espaço que conquistei foi graças ao

meu próprio esforço. Saí do interior de um Estado pequeno e pobre e cheguei a subprocurador-geral na Capital Federal. Na mocidade, temos mais tempo e oportunidades surgem, mas, em muitos casos, depende da gente, mesmo, aproveitar essas possibilidades que a vida nos reserva. Eu vejo que as pessoas desperdiçam chances, não aplicam bem o seu próprio tempo e complicam demais. Acho que a vida é essencialmente boa. Procuro viver com otimismo e sem complicação.